



**Defender  
e Valorizar  
os TRABALHADORES  
é afirmar o Poder Local**



---

## CARTA REIVINDICATIVA 2018

---

### **VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

A actual relação de forças existente na Assembleia da República, constituída na sequência dos resultados eleitorais de 4 de Outubro de 2015, permitiu travar as nefastas políticas do governo PSD/CDS que, no plano da Administração Local, previam mais privatizações, nomeadamente da água, mais retirada de competências e cortes nos meios humanos e financeiros, a municipalização de funções sociais do Estado e mais destruição de direitos.

A luta dos trabalhadores e o novo quadro político abriram caminho à recuperação de rendimentos e direitos, salientando-se o fim dos cortes salariais, a reposição em Lei das 35 horas e dos feriados, a reposição em curso do pagamento do subsídio de Natal em Novembro, o fim progressivo da sobretaxa do IRS, a redução nas restrições à contratação na Administração Local, o início do combate à precariedade, o aumento do salário mínimo nacional, o fim do regime da requalificação, a suspensão da política de cortes nas transferências para as autarquias, mantendo-se ainda assim o incumprimento da lei de finanças locais, a reversão das fusões dos sistemas multimunicipais de água e saneamento, a subida, apesar de muito insuficiente, do subsídio de refeição, a consolidação da mobilidade inter-carreiras e inter-categorias, medidas positivas que valorizamos, embora com a certeza que é possível fazer mais e melhor na recuperação de rendimentos e direitos.

Medidas que, ao contrário do que a direita e os grandes grupos económicos e financeiros tentaram e continuam a tentar impor e das chantagens e pressões exercidas pela União Europeia e o FMI contra a sua implementação, não só puseram travão no caminho em direcção à catástrofe social e económica como foram essenciais para reanimar o consumo

das famílias, estimular a criação de emprego e da actividade económica, ainda que aquém das necessidades e das possibilidades reais.

Apesar dos avanços conseguidos nestes dois últimos anos, a realidade é que os principais problemas que levaram à profunda degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Local continuam por resolver.

Os salários, congelados desde 2009, continuam sem qualquer actualização, sendo que 80 mil 939 trabalhadores (26 907 Assistentes Técnicos e 54 032 Assistentes operacionais) auferem rendimentos inferiores às remunerações e ganhos médios verificados na Administração Pública bem como ao salário médio líquido registado em Portugal.

O direito à carreira, congelado em 2005 e destruído em 2008, continua a ser negado. A precariedade atinge mais de 27 mil trabalhadores: 12 932 CEI e CEI+, 4 664 avençados, 1 569 tarefeiros, 6 681 contratados a prazo e 1 049 estagiários, aos quais se juntam novas formas de exploração do trabalho como o chamado “voluntariado”.

É neste contexto que os trabalhadores da Administração Local têm prosseguido a luta pelo aumento dos salários, subsídios e pensões, pelo descongelamento das progressões na carreira para todos em Janeiro de 2018, pela regulamentação dos suplementos de insalubridade penosidade e risco e de disponibilidade, pela redução dos descontos para a ADSE e reposição do valor do trabalho suplementar; pelo reforço dos serviços públicos e do poder local democrático, pela melhoria das condições de trabalho, pelo combate à precariedade e pelo trabalho com direitos.

Perante as nossas exigências e propostas, as respostas e os sinais dados pelo governo não só estão muito longe de ser positivos, como pelo contrário, apontam no sentido de adiar e arrastar a resolução dos principais problemas como sejam o aumento dos salários, o descongelamento das posições remuneratórias e o combate à precariedade.

Para além disto, crescem as preocupações com a descentralização de competências para as autarquias, envolvendo funções sociais do Estado, processo que não garante o acesso universal a direitos estruturantes da sociedade e constitucionalmente consagrados, como a saúde e educação, nem garante de forma plena os direitos laborais.

Estamos conscientes e temo-lo afirmado, que o muito que foi destruído durante décadas, e com particular intensidade, nos últimos quatro anos pelo anterior governo PSD/CDS, não se resolve de um dia para o outro. Mas também não aceitamos que a meio do seu mandato, o Governo não dê o passo em frente que se exige para responder a alguns dos principais problemas. Por isso, dizemos, o governo tem uma oportunidade única com o OE

de 2018 de corresponder às reivindicações dos trabalhadores e avançar na resolução de um conjunto de problemas que exigem respostas urgentes.

O tempo que vivemos confirma de forma crescente que a melhoria dos níveis de vida exige o rompimento com a política de direita, com os condicionamentos da União Europeia e do Euro e com os interesses dos grandes grupos económicos.

Por isso, a acção sindical e a luta reivindicativa continuarão a ser determinantes para recuperar e conquistar mais direitos, para alcançar melhores condições de trabalho, para defender o Poder Local, os serviços públicos e a melhoria da sua prestação à população.

**Assim, os trabalhadores reunidos no Encontro Nacional do STAL, exigem:**

- O aumento dos salários e das pensões e a fixação do salário mínimo nacional (SMN) em €600,00;
- A actualização da tabela remuneratória única, fixando o 1º nível em € 600,00 (SMN); garantindo aos restantes uma valorização mínima de 10%;
- O descongelamento das progressões na carreira para todos em Janeiro de 2018;
- O respeito pelas profissões, pelas carreiras e respectivos conteúdos funcionais e pelo direito de evolução – progressões e promoções, devolvendo aos trabalhadores a dignidade e o justo reconhecimento do seu estatuto profissional;
- Reposição dos dias de férias (três mais os adquiridos pela idade do trabalhador);
- A identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- A revogação do sistema de avaliação de desempenho – SIADAP;
- O alargamento dos mapas de pessoal e a abertura de procedimentos concursais ajustados às necessidades reais de prestação dos serviços públicos;
- A regularização de todas as formas de precariedade dotando as autarquias dos meios e instrumentos à sua imediata resolução; a revogação dos *contratos emprego-inserção* e *contratos emprego-inserção +* e a criação de condições efectivas de fiscalização e punição das entidades e responsáveis que recorram ao trabalho precário;
- A actualização do subsídio de refeição para os €6,50;

- A reposição dos valores do trabalho extraordinário com acréscimo de 50% pela primeira hora ou fracção desta, 75% por cada hora ou fracção subsequente em dia útil e a 100% por cada hora ou fracção em dia de descanso semanal (obrigatório ou complementar) e em dia feriado e reposição do descanso compensatório, e outras prestações remuneratórias;
- A reposição do desconto para a ADSE para 1,5%, 12 meses por ano;
- A reposição dos escalões de IRS, desagravando os rendimentos baixos e intermédios;
- 35 horas de trabalho semanal para todos, sem adaptabilidades nem banco de horas;
- Legislação e regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco e o de disponibilidade;
- Efectivação do direito à formação profissional;
- A declaração de inconstitucionalidade da suspensão das indemnizações pela reparação de incapacidade por acidente e ou doença profissional;
- O respeito pela contratação colectiva em todo o universo de entidades da Administração Local;
- A eliminação da caducidade dos instrumentos de contratação colectiva no sector empresarial local e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- A melhoria das condições de trabalho, assegurando ambientes de trabalho seguros e saudáveis;
- A reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos completos de serviço, independentemente da idade e a revogação dos factores de penalização anual (6%) e de sustentabilidade (13,88%);
- Exigir a reversão das privatizações e concessões de serviços públicos;
- O debate alargado, a negociação e a participação das estruturas representativas dos trabalhadores no processo de descentralização de competências para as autarquias, garantindo o respeito integral pelos direitos laborais, o reforço da capacidade de resposta e a satisfação dos direitos das populações, a construção de serviços públicos de qualidade, e não, como a prática tem demonstrado, a redução do

investimento público e transferência de ônus e insatisfações para o Poder Local, sendo igualmente exigível uma nova lei de finanças locais.

Encontro Nacional do STAL

22 de Junho de 2017